



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LEANDRO PEREIRA CÂNDIDO

**CONTROLE INTERNO: Um estudo de sua composição e relevância para a
gestão empresarial**

**Campina Grande – PB
2018**

LEANDRO PEREIRA CÂNDIDO

**CONTROLE INTERNO: Um estudo de sua composição e relevância para a
gestão empresarial**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao departamento do Curso
de Ciências Contábeis, da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial á obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Auditoria

Orientador: Profº. Me. José Pericles Alves
Pereira

**Campina Grande - PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C217c Cândido, Leandro Pereira.

Controle interno [manuscrito] : um estudo de sua composição e relevância para a gestão empresarial. / Leandro Pereira Cândido. - 2018.

23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Prof. Me. José Pericles Alves Pereira, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Gestão empresarial. 2. Controle interno. 3. Lei Sarbanes-Oxley. 4. Contabilidade empresarial.

21. ed. CDD 658.3

LEANDRO PEREIRA CÂNDIDO

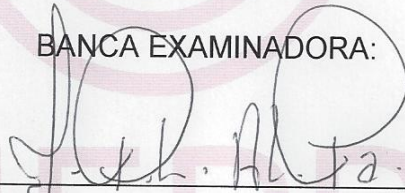
CONTROLE INTERNO: Um estudo de sua composição e relevância para a gestão empresarial

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao departamento do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial á obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

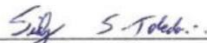
Área de Concentração: Auditoria

Aprovado em: 13/06/2018

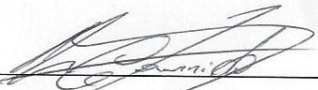
BANCA EXAMINADORA:



Prof° Me. José Pericles Alves Pereira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Prof. Me. Sidney Soares de Toledo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof° Esp. Luan Dantas Garrido
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

DEDICO a minha mãe Marisa Pereira Cândido (in memoriam), que me guiou na escolha deste curso e que segue sendo uma inspiração em minha vida, com todo o meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao meu irmão, Lindemberg Pereira Cândido, pelos conselhos e apoio constante em todos os momentos.

Ao meu pai, por seu exemplo de integridade e honestidade.

A minha irmã, por me motivar a realizar mais este objetivo em minha vida.

Ao meu professor e orientador, José Pericles Alves Pereira, pelas sugestões e por sua dedicação durante o processo de produção deste trabalho.

Aos meus professores em geral do curso de ciências contábeis, responsáveis diretos por essa conquista acadêmica.

Aos meus saudosos colegas de classe pelos momentos de estudos, companheirismo e alegrias.

A Deus, o que seria de mim sem a sua divina providência.

"Para sobreviver e ter sucesso, cada organização tem de se tornar um agente da mudança. A forma mais eficaz de gerenciar a mudança é criá-la." Peter Drucker

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1	Controle interno: uma breve contextualização.....	9
2.2	COSO: um modelo estrutural de controle interno.....	10
2.3	A importância do controle interno.....	13
2.4	Classificação do sistema de controle interno.....	14
2.5	Principais vantagens do controle interno.....	14
2.6	Objetivos do controle interno.....	15
2.7	A Lei Sarbanes-Oxley e o fortalecimento do controle interno... 	17
3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	19
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
	REFERÊNCIAS.....	22

RESUMO

¹CÂNDIDO, Leandro Pereira.

Sabe-se que o conhecimento insuficiente sobre a composição e relevância do controle interno por parte dos gestores pode afetar o ambiente de trabalho e causar erros e prejuízos as organizações. Nesse sentido, o presente artigo teve como objetivo geral estudar a importância da utilização de um sistema de controle interno adequado para a gestão empresarial, bem como, apresentar as vantagens, e alertar os gestores para os efeitos da fragilidade do mesmo. Além disso, em virtude da complexidade dos controles internos presentes nas grandes organizações empregou-se como um modelo referencial a lei Sarbanes-Oxley no combate as fraudes. Para alcançar este objetivo utilizou-se na metodologia o método dedutivo, em relação aos objetivos a pesquisa descritiva, em relação aos procedimentos a pesquisa qualitativa e em sua contextualização foi empregada a pesquisa bibliográfica. São abordados no presente trabalho conceitos, a importância, a classificação e os objetivos do controle interno. Este estudo mostrou que um controle interno eficaz e eficiente é de fundamental importância para a continuidade da empresa. Nesse sentido, este trabalho apresenta o controle interno como ferramenta indispensável para obter-se informações fidedignas para a tomada de decisão.

Palavras chaves: Controle Interno, Gestão Empresarial, Contabilidade Empresarial, Lei Sarbanes-Oxley.

1 INTRODUÇÃO

O controle pode ser definido como uma função que tem por finalidade observar se os fatos se passaram de acordo com o que a administração determinou; uma das cinco funções que Fayol estabeleceu para a administração racional: Previsão, Organização, Direção, Coordenação e Controle. (Sá 2008, p. 102)

Em uma organização o controle não é diferente. As normas administrativas e a política de trabalho estabelecida busca resguardar o patrimônio da empresa e a continuidade dos negócios sem auferir prejuízo, e, portanto, para atingir esse objetivo a entidade necessita efetuar um controle.

Qualquer organização, desde o início de suas atividades, visa permanecer no mercado, mas para que isto aconteça, é muito importante à criação de certos mecanismos de controle interno abrangendo toda a sua administração.

¹ Aluno do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: leandropc7@hotmail.com

Segundo Attie (2011, p. 191), A importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto.

Faz-se necessário conhecer e compreender os princípios e os tipos de controle, empregando o modelo adequado para reduzir os riscos e fraudes na entidade, e mostrar o objetivo e papel dos controles, além de analisar a confiabilidade do ambiente do controle interno existente nas organizações.

Este estudo busca responder ao seguinte problema: **Quais as vantagens do uso adequado do controle interno e quais são as consequências da fragilidade do mesmo em uma organização?**

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a importância e relevância dos Controles Internos para as organizações. Em relação aos objetivos específicos, optou-se por verificar os seguintes pontos: Como o uso de métodos adequados podem contribuir para o bom funcionamento dos controles internos; O que a Lei Sarbanes-Oxley pode agregar para os Controles Internos no Brasil.

A relevância deste trabalho se justifica pela necessidade de evidenciar a composição do controle interno, cuja importância é vital para a sobrevivência das empresas. Com base em sua composição são apresentados meios de monitorar, corrigir imprecisões e aprimorar a eficiência dos mesmos.

Para este fim foi definida como metodologia o modo dedutivo e para a contextualização do estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e qualitativa. O trabalho abrange aspectos estruturais, bem como, o papel que compete a um controle interno.

As informações são consideradas um elemento estratégico para as organizações, pois de posse das mesmas é que os administradores possuem subsídios para a tomada de decisão, e através dessas informações podemos evidenciar a importância do controle interno, nos diversos setores de uma empresa. Portanto, é a contabilidade, através de seus relatórios que fornece essas informações para os gestores.

De acordo com a realidade empresarial atual em um cenário cada vez mais competitivo, não apenas as grandes organizações devem se preocupar com o controles, as empresas privadas de forma geral também devem se utilizar dessa

valiosa ferramenta e utilizar os recursos provenientes do seu uso adequado. Isso favorece não apenas a manutenção de sua permanência no mercado, como também, possibilita a preservação e a majoração de seu patrimônio.

Este trabalho está estruturado e composto pela presente introdução, na sequência está a abordagem bibliográfica que fundamenta o mesmo, bem como a metodologia utilizada. Em seguida, apresentam-se os dados obtidos e por fim, as considerações finais e referências da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLE INTERNO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com Sá (2008, p.102)

O controle pode ser definido como uma função que tem por finalidade observar se os fatos se passaram de acordo com o que a administração determinou; uma das cinco funções que Fayol estabeleceu para a administração racional: Previsão, Organização, Direção, Coordenação e Controle.

Em conformidade com a citação acima, pode-se inferir que ao se utilizar deste importante método racional para a tomada de decisão, podemos monitorar se os resultados obtidos estão de acordo com o que foi planejado, com base na análise das informações geradas. Além disso, também pode-se deduzir que o controle é o mecanismo utilizado para acompanhar a eficácia e a eficiência do processo operacional que está sendo desenvolvido, e que tal mecanismo tem fundamental importância para que os resultados saiam de acordo com o interesse do gestor.

Segundo Attie (2011, p. 188, apud AICPA) afirma:

“O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.”

Dessa forma, o plano de organização, métodos e as medidas são portanto, os meios que os gestores utilizam para controlar e resguardar o patrimônio da empresa. Os dados obtidos são então analisados para garantir a veracidade das informações,

na busca de promover a eficiência operacional e adesão á política definida pela gestão.

Com base no exposto acima, pode-se perceber que o controle interno é a base sustentável para a manutenção do fluxo operacional e informacional de qualquer empresa que tenha como objetivo permanecer em atividade em um mercado a cada dia mais acirrado.

Conforme Crepaldi (2013, p. 464, apud IFEC) assim define:

“Controle Interno é formado pelo plano de organização e de todo os métodos e procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, controlar a validades dos dados fornecidos pela contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções da direção”

Observa-se que o autor considera o controle interno um plano organizacional e um conjunto de métodos e procedimentos que tem o objetivo fundamental de promover a proteção dos ativos, além de controlar a veracidade dos dados da contabilidade, bem como, melhorar a eficácia e garantir a aplicabilidade das diretrizes da administração.

De acordo com Almeida (2016, p. 57), O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas cuja a finalidade é resguardar os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Nos conceitos apresentados acima, é notável a presença dos aspectos que visam obter a eficiência operacional. Logo, pode-se notar um forte vínculo entre controle interno e a gestão empresarial.

Diversos autores consagrados e especialistas em controle interno como Attie, Almeida, Crepaldi, Lopes de Sá, bem como órgãos reguladores como a AUDIBRA e o COSO, definem e conceituam o controle interno de diversas maneiras, as quais pode-se observar e analisar algumas delas neste presente artigo.

2.2 COSO: UM MODELO ESTRUTURAL DE CONTROLE INTERNO

Durante o processo que envolve a abertura de uma empresa em sua fase inicial de operações, o responsável pela execução do controle é o próprio dono, arcando com as ações que se fazem necessárias para promover os meios para que

a empresa possa garantir a sua operacionalidade. No entanto, conforme a empresa cresce e se diversifica, ao passo que a evolução de sua logística se torna cada vez mais complexa em virtude das crescentes atividades envolvidas no processo operacional, torna-se completamente inviável que o gestor controle sozinho todas as operações e transações a esta relacionadas.

Ao se examinar os controles internos de uma empresa analisa-se a organização dos controles, bem como, a sua efetiva execução. A palavra de ordem é monitorar e comprovar a sua eficácia e procurar desenvolver a eficiência operacional na empresa.

De acordo com Gramling (2012, p.156), do mesmo modo que uma empresa se utiliza dos princípios de contabilidade amplamente aceitos para garantir a veracidade das demonstrações financeiras, a mesma necessita de uma estrutura que seja abrangente e eficaz para seu controle. Desse modo, o modelo estrutural de controle interno mais conhecido é o do COSO.

O COSO (Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway, ou Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) é uma entidade sem fins lucrativos criada nos Estados Unidos em 1985 para prevenir e evitar fraudes nos procedimentos e processos internos das empresas. Esta entidade é reconhecida em todo o mundo como um padrão importante para o gerenciamento do controle interno. Existe uma relação direta entre os objetivos da organização e os componentes do referido modelo. Este é formado por cinco componentes inter-relacionados que devem atuar em conjunto no processo operacional para que os objetivos estabelecidos pela gestão sejam alcançados. São eles: avaliação de riscos; ambiente de controle; atividades de controle, informação e comunicação; e monitoramento. Para atingir o objetivo em equilíbrio com as leis e normas, todos os cinco componentes devem estar interligados e em constante monitoria.

Ainda Segundo Gramling (2012, p.157) as características dessa composição são as seguintes:

- A administração deve avaliar os riscos que afetam a consecução desses objetivos, por exemplo, o de cometer erros de julgamento sobre as escolhas contábeis apropriadas.
- O ambiente de controle, comumente chamado de “Clima do Topo”, é fundamental na atenuação dos riscos. O comprometimento de contratação de pessoal competente, por exemplo, reduz parcialmente o risco associado a erros de julgamento em questões contábeis.
- Como pode haver erros de processamento, a organização deve implantar atividades de controle projetadas de modo a impedir ou detectar problemas.

- A administração deve comunicar suas políticas eficazmente, bem como receber informações dos níveis hierárquicos inferiores, com o uso no processo de informação e comunicação da organização.
- Por fim, ao ser implantado o controle interno, a administração deve monitorar o funcionamento dos controles para assegurar que todos os cinco componentes do controle interno continuem a funcionar eficazmente.

Em relação a avaliação de riscos é plausível deduzir que seu objetivo consiste na identificação e análise dos riscos associados ao não cumprimento das metas e objetivos operacionais, de informação e de conformidade. Este conjunto forma a base para definir como estes riscos serão gerenciados. A avaliação de risco procura evitar qualquer ocorrência que venha a impedir a empresa de alcançar os seus objetivos, bem como, administrar as ameaças existentes de acordo como for conveniente.

O ambiente de controle, por sua vez, pode-se definir como sendo a manutenção de controle na entidade, a sua ação de efetuar o controle. Esse é eficaz quando os funcionários da entidade sabem quais as suas responsabilidades, os seus limites e se têm a consciência, competência e o comprometimento de fazerem o que é correto da maneira correta. Ambiente de controle envolve competência técnica e compromisso ético; é um fator intangível, essencial à efetividade dos controles internos.

No tocante as atividades de controle pode-se concluir que são as atividades que, quando executadas a tempo e de maneira adequada, permitem a redução ou administração dos riscos e desperdícios.

De acordo com a autora, pode-se inferir que a comunicação é o fluxo de informações dentro da organização, entendendo que este fluxo ocorre em todas as direções, tanto dos níveis hierárquicos superiores aos níveis hierárquicos inferiores, como dos níveis inferiores aos superiores.

Infere-se com base no texto que o monitoramento é a avaliação dos controles internos ao longo do tempo. Ele é o melhor indicador para saber se os controles internos estão sendo efetivos ou não. A sua função é verificar se os controles internos são adequados e efetivos. Controles adequados são aqueles em que os cinco elementos do controle (avaliação de riscos; ambiente de controle; atividades de controle, informação e comunicação; e monitoramento) estão presentes e funcionando conforme planejado.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO

As organizações que entram no mercado atual visam primordialmente sobreviver, dar continuidade e expandir as suas operações. Neste sentido, é preciso vencer as mais variadas adversidades do ambiente de negócios, empregando-se de estratégias de gestão e controle para que os seus objetivos sejam alcançados.

Segundo Oliveira (2008, p. 133):

De acordo com o porte da empresa, sua administração é realizada de forma segmentada, onde as atividades diversas são executadas por um executivo para cada um dos departamentos e setores. Fica a cargo destes prestar contas periódicas do desempenho da sua respectiva área de atuação.

O controle interno exige que os executivos tenham liberdade de atuação na execução de suas tarefas para buscar melhores resultados. No entanto, para impedir que esses funcionários passem dos seus limites e possam tirar vantagens em seu proveito e que possam causar prejuízos a empresa por erros não intencionais ou dolosos, um adequado sistema de controle interno limita a prática desses atos e possibilita que estes não passem despercebidos.

Crepaldi (2013, p.463) afirma:

É preciso que se distinga que o Controle Interno não tem o mesmo significado de Auditoria Interna. A Auditoria interna equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação do trabalho, normalmente executado por um departamento especializado, ao passo que Controle Interno refere-se aos procedimentos e a organização adotados como planos permanentes da empresa.

O autor diferencia a auditoria interna do controle interno e indica que quando o controle é exercido de forma adequada de acordo com os procedimentos e a organização, este plano possui um caráter de continuidade permanente.

Sabe-se que as fraudes que comumente ocorrem nas organizações são relacionadas ao dinheiro, desse modo, faz-se necessário que a entidade desenvolva mecanismos de controles internos nas áreas relacionadas ao mesmo para verificar se os registros são fidedignos.

2.4 CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Os controles internos de uma empresa se classificam em duas modalidades de controles, sendo : as de natureza contábil e as de natureza administrativa.

De acordo com Almeida (2016, p. 57), os controles de natureza contábil são aqueles que compreendem o conjunto de procedimentos, métodos e rotinas utilizados para proteger o patrimônio da entidade. Enquanto que os controles de natureza administrativa compreendem o conjunto de procedimentos, métodos e rotinas que têm o objetivo de ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Para ATTIE (2011, p. 192), em sentido amplo, o controle interno inclui, portanto, controles que podem ser peculiares tanto a contabilidade como a administração, como segue:

- a) controles contábeis: compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, principalmente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis. Geralmente incluem os seguintes controles: sistema de autorização e elaboração dos relatórios contábeis daquelas ligadas as operações ou custódia dos valores; e controles físicos sobre estes valores;
- b) controles administrativos: compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que dizem respeito a eficiência operacional e a decisão política traçada pela administração. Normalmente, se relacionam de forma indireta aos registros financeiros. Com frequência abrangem análises estatísticas, estudos de tempo e movimentos, relatórios de desempenho, programa de treinamento e controle de qualidade.

Pode-se perceber de acordo com o pensamento do autor que é impossível que os controles administrativos sejam eficientes sem que exista a alta qualidade dos controles contábeis, pois esta relação entre esses controles é que estabelece a eficácia dos mesmos.

2.5 PRINCIPAIS VANTAGENS DO CONTROLE INTERNO

As organizações de nossa época, independente de seu nicho de mercado, para poder continuar operando de forma sustentável devem adotar em primeiro lugar um modo adequado na gestão de seus negócios, empregando um controle interno que seja eficaz e que possa auxiliar os gestores na tomada de decisão. Nesse sentido, a empresa deve zelar pela credibilidade de seus controles e manter uma

visão direcionada para a continuidade da mesma seja qual for o seu porte e o tipo de negócio em que atue.

A utilização de um sistema adequado de controle interno, além de proporcionar maior confiabilidade, precisão e segurança das informações contábeis ao gestor, minimiza riscos, tais como os erros involuntários e as fraudes que possam surgir nas operações desenvolvidas diariamente.

A distinção de "controle interno" passou a ser empregada como um meio de distinguir os controles originados dentro ou pela própria organização, daqueles de origem externa (os quais não são abordados nesta pesquisa), como é o caso dos controles impostos pela legislação. (AUDIBRA, 1992)

Na utilização do controle interno, pode-se destacar as seguintes vantagens:

- Prevenir e detectar fraudes, caso esta tenha a sua existência confirmada, procurar conhecer a sua gravidade.
- Localizar erros e desperdícios, bem como realizar as correções necessárias para que o processo operacional seja aprimorado.
- Estimular a eficiência operacional, ao utilizar-se de vigilância por meio de relatórios.
- Salvar os ativos, ao efetuar um controle eficiente sob os pontos essenciais da empresa.

Pode-se inferir que tais vantagens são vitais para continuidade da organização no mercado e que para permanecer em operação, o gestor precisa conhecer e desenvolver o controle interno adequado para a realidade de sua empresa. Dessa forma, uma organização que não tenha um controle eficiente, poderá fornecer aos administradores informações distorcidas, podendo levar os mesmos a tomarem decisões erradas, o que poderá comprometer a continuidade operacional da entidade.

2.6 OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO

Um controle interno adequado tem como objetivo geral assegurar que não ocorram erros graves na empresa, e assim resguardar os seus ativos, bem como

gerar informações contábeis com confiabilidade para que o administrador possa gerir os negócios de forma segura.

Para Attie ((2011, p. 195), o conceito, a interpretação e a importância do controle interno envolvem uma grande variedade de procedimentos e práticas, que somadas, visam almejar unicamente o objetivo de controlar. Desse modo, indica-se alguns destes objetivos:

- **Salvaguarda dos interesses**

Refere-se a proteção aos ativos contra eventuais perdas e riscos provenientes de erros e fraudes. Quando a empresa apresenta um grande diversidade de atividades e departamentos e possui gente especializada e responsável para que cada setor tenha autonomia operacional, esta favorece o funcionamento adequado do controle, minimizando dessa forma possíveis perdas e riscos.

- **Precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais**

Diz respeito a geração de informações adequadas e oportunas que são necessárias para administrar e compreender os eventos realizados na empresa. Nesse sentido, o gestor necessita das informações da contabilidade de forma clara e que seja confiável, pois esta somente terá serventia se for exata e baseada em registros fidedignos.

- **Estímulo a eficiência Operacional**

O estímulo a eficiência operacional menciona os mecanismos necessários ao acompanhamento das tarefas, no intuito de alcançar uma ação uniforme. Essa ação é estabelecida através de regras e condutas pela empresa para que cada indivíduo conheça a sua tarefa e a execute de acordo com o proposto, para que juntos contribuam com o desenvolvimento operacional.

- **Aderência as políticas existentes**

Este objetivo tem por finalidade assegurar que o desejo da administração, definidos por suas políticas e normas, sejam colocados em prática pelo pessoal e que possam desempenhar o seu trabalho com harmonia entre os demais departamentos da empresa.

- **Responsabilidade pela determinação do controle interno**

A responsabilidade de planejar, instalar e supervisionar um controle interno que funcione de forma adequada cai inteiramente sobre a administração. Qualquer controle pode se deteriorar com o tempo, independente de seu bom funcionamento inicial. O sistema deve estar sob constante supervisão para comprovar se as políticas são bem interpretadas, bem como, se as mudanças operacionais são assimiladas e se as falhas, quando ocorrerem, são prontamente sanadas.

2.7 A LEI SARBANES-OXLEY E O FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO

A realidade empresarial de hoje diante de um mundo economicamente globalizado, é totalmente diferente de algumas décadas atrás. Na atualidade, as grandes empresas se tornaram transnacionais e se utilizam de instituições internacionais para obter crédito, isso acaba por ocasionar o aumento do risco relativo as suas operações. Pode-se afirmar que a aumento deste é ocasionado pela perda resultante de controles internos inadequados.

De acordo com o Portal de Auditoria, A Lei Sarbanes-Oxley (Sarbanes-Oxley Act, normalmente abreviada em SOX ou Sarbox) que foi criada em 30 de julho de 2002 por iniciativa do senador Paul Sarbanes (Democrata) e do deputado Michael Oxley (Republicano), teve como principal objetivo evitar fraudes nos sistemas de controle, e foi motivada por alguns dos maiores escândalos da história americana. A maioria dos analistas afirmam que a SOX é simplesmente a maior reforma no mercado de capitais americano desde a crise financeira de 1929.

Segundo a Forbes Brasil conforme o artigo do Portal UOL, as dez maiores fraudes da história recente dos Estados Unidos, em que cita grandes organizações que motivaram a criação da lei SOX, aponta-se as seguintes :

- Enron

A empresa de energia faliu em 2001, após alegações de enormes fraudes de contabilidade, que enxugaram os US\$ 78 bilhões que a Enron valia no mercado de ações. Isso levou ao colapso a empresa de auditoria Arthur Andersen e motivou a criação da Lei Sarbanes-Oxley, que visa garantir a criação de mecanismos de auditoria e segurança confiáveis nas empresas.

O acordo de US\$ 7,185 bilhões foi o maior de todos os tempos. O presidente Jeff Skilling cumpre pena de 24 anos de prisão.

- Cendant

Logo após a empresa ter sido criada, em 1997, pela fusão entre a CUC International, conglomerado baseado na associação de clientes que oferecia serviços de viagens e compras, entre outros, e a franquia de hotéis Hospitality Franchise Systems (HFS), uma fraude na contabilidade da CUC foi descoberta. A estimativa foi de uma perda para os investidores de US\$ 19 bilhões, maior fraude processada pela SEC até então. Ações judiciais de classe de valores mobiliários liquidaram mais de US\$ 3 bilhões. Um juiz condenou o presidente da CUC International, Walter Forbes, a 21 anos e sete meses de prisão e o ordenou a pagar US\$ 3,275 bilhões como restituição.

- WorldCom

A falência induzida por fraude da empresa de telecomunicação enxugou uma companhia que antes tinha US\$ 103,9 bilhões de ativos em seus livros. Os resultantes US\$ 6,1 bilhões de indenização tornam a restituição a segunda maior desde 1995. O CEO da WorldCom, Bernard Ebbers, foi condenado por fraude e cumpre 25 anos de prisão.

As empresas indicadas acima e muitas outras não citadas nesta pesquisa favoreceram a elaboração da Lei SOX em virtude dos casos escandalosos de fraudes que ocorreram em suas respectivas gestões. A referida lei busca impedir as omissões dos executivos, que devem agir com responsabilidade em relação ao funcionamento dos controles internos e da contabilidade, não podendo estes alegar desconhecimento em relação a ocorrência de fraudes.

Segundo Crepaldi (2013, p.467), A Lei Sarbanes-Oxley endureceu os controles internos das empresas e trouxe ganhos inesperados para os executivos e acionistas, bem como aprimorou os processos e ofereceu maior segurança.

De acordo com a Lei SOX os diretores executivos e financeiros são os responsáveis pela análise e monitoramento dos controles internos, com o objetivo de garantir que os mesmos tenham eficácia e eficiência nas operações, confiabilidade nos relatórios financeiros e a efetiva aplicação das leis e normas.

Assim afirma Crepaldi (2013, p.467), os novos processos viraram um pesadelo gerencial para as milhares de corporações obrigadas a seguir a lei - cada um dos incontáveis procedimentos internos tem de ser padronizado e detalhadamente descrito e auditado.

O descumprimento da Lei Sox prevê multa de até 5 milhões e dez a vinte anos de prisão, caso seja comprovada a intenção. Dessa forma a referida lei inibe a ocorrência de fraudes, favorece um melhor controle da companhia, a confiança dos investidores e a transparência sobre os processos contábeis e administrativos desenvolvidos na organização.

A SOX também se aplica a empresas estrangeiras que possuam valores imobiliários registrados na SEC (Instituto equivalente a Comissão de Valores Mobiliários - CVM brasileira), obrigando as empresas brasileiras que possuem ações na bolsa de valores norte-americana a se enquadrarem a essa lei.

Em relação ao Brasil, a Lei SOX vem contribuir como sendo um modelo referencial que regulamenta as ações gerenciais com responsabilidade e de forma ética, bem como, favorece a transparência das operações desenvolvidos na organização e os demais processos relacionados aos controles.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Nessa presente pesquisa se utilizou o método dedutivo que segundo Silva (2005, p.34), é aquele que parte do geral para chegar ao particular. Este raciocínio deve partir de princípios considerados como verdadeiros para conduzir a uma lógica verdadeira.

Em relação aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como sendo descritiva, que de acordo com Gil (2006), tem como fundamento a descrição de características de uma população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relação entre variáveis.

Em relação ao procedimento adotado foi utilizada a pesquisa qualitativa, que conforme Silva (2005, pag. 84) não apresenta, necessariamente, a linguagem matemática ou estatística. Mas sim a análise e interpretação da realidade estudada, muitas vezes sem fazer uso de amostragem, tabelas e gráficos.

A pesquisa utilizada neste estudo foi a bibliográfica, realizada através de levantamentos de obras de autores consagrados e sites que abordam o tema escolhido. Neste trabalho mencionam-se obras que abordam assuntos relacionados com a composição e relevância do controle Interno para a gestão empresarial.

A metodologia trata do esclarecimento minucioso, detalhado, e exato dos procedimentos desenvolvidos para a realização deste trabalho científico.

De acordo com SILVA (2005, p.31, APUD BARROS e LEHFELD):

A metodologia procura mostrar ao pesquisador que se pode adquirir conhecimento por meio da pesquisa, principalmente, os caminhos necessários para o auto aprendizado, no qual o pesquisador é sujeito do processo, aprendendo a encontrar e a sistematizar o conhecimento obtido, estuda e avalia os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações, vantagens e utilizações.

Para que a pesquisa científica atinja o seu objetivo, em sua elaboração têm-se a necessidade de aplicar métodos e técnicas adequadas a fim de que os objetivos pretendidos sejam alcançados.

Este artigo procura demonstrar, como contribuição para as organizações, a importância da utilização adequada do controle interno que é uma ferramenta fundamental para a manutenção da gestão empresarial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, procurou-se apresentar a composição e aplicação do controle interno como uma ferramenta importante para a manutenção e permanência das empresas no mercado.

Para garantir a funcionalidade operativa e uma administração equilibrada na empresa, independentemente de seu porte, recomenda-se que o gestor considere que é de fundamental importância a implantação de um adequado sistema de controle interno.

Infere-se que um sistema de controle interno adequado, favorece de modo eficaz e eficiente na gestão empresarial, de forma a proporcionar a mesma maior segurança aos ativos, além de certificar a confiabilidade e precisão das informações contábeis, bem como, permitir solidez a tomada de decisão pela administração.

No sentido abrangente, a ação de controlar passa pela necessidade de efetuar procedimentos de forma organizada e de que os mesmos sejam supervisionados para corrigir erros ou imprecisões.

A administração ao optar por utilizar um controle interno adequado, favorece a um ambiente mais confiável e menos propício a erros e imprecisões, além disso,

torna possível que as metas definidas sejam compreendidas e postas em prática por todos os colaboradores de forma harmônica.

O COSO foi utilizado nesta pesquisa por ser um dos modelos de controle interno mais conhecidos e que avalia se os mesmos estão funcionando de forma adequada ou não, este modelo procura aprimorar os processos de controle de forma uniforme na empresa.

Percebe-se a importância do controle interno quando este é capaz de desempenhar melhores resultados operacionais e reduzir os erros e imprecisões.

Como vantagem de um sistema adequado de controle interno, temos o aprimoramento das atividades operacionais de acordo com os interesses da gestão. Em relação a contabilidade esta deve fornecer a confiabilidade, precisão e segurança das informações contábeis.

Um controle inadequado aumenta os riscos, tais como os erros involuntários e as fraudes que podem comprometer seriamente a operacionalidade da empresa e sua continuidade operacional. De forma geral, a utilidade do controle é resguardar os ativos da empresa, bem como gerar informações contábeis com confiabilidade para que o administrador possa gerir os negócios de forma segura.

Por fim, em relação as limitações deste estudo recomenda-se explorar a relação dos controles com a auditoria interna e externa, em razão dos controles internos ser um tema extenso. Portanto, optou-se nessa pesquisa exclusivamente pelos controles relacionados as empresas privadas, em virtude de se oferecer uma qualidade maior de informações para justificar a sua importância para a gestão empresarial. Além disso, também recomenda-se explorar o controle interno nas organizações públicas, por este ser igualmente um tema abrangente e possuir algumas características próprias do setor público.

ABSTRACT

It is known that insufficient knowledge about the composition and relevance of internal control by managers can affect the work environment and cause errors and losses to organizations. In this sense, the objective of this article was to study the importance of using an adequate internal control system for business management, as well as presenting the advantages and alerting managers to the effects of their fragility. In addition, due to the complexity of internal controls present in large organizations, the Sarbanes-Oxley law in the fight against fraud was used as a reference model. In order to reach this objective, the methodology was used in the deductive method, in relation to the objectives the descriptive research, in relation to the procedures the qualitative research and in its contextualization was used the bibliographic research. The concepts, importance, classification and objectives of internal control are discussed in this paper. This study showed that effective and efficient internal control is of fundamental importance for the continuity of the company. In this sense, this work presents internal control as an indispensable tool to obtain reliable information for decision making.

Keywords: Internal Control, Corporate Management, Corporate Accounting, Sarbanes-Oxley Law.

REFERENCIAS

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações** – 6.ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo** – 8.ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática** – 9.ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRAMLING, Audrey A. *et al.* **Auditoria**. trad. 7. ed. (norte-americana) - São Paulo: Cengage Learning, 2012.

OLIVEIRA, Luís Martins de. *et al.* **Curso Básico de Auditoria** - 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de e Sá, Ana Maria Lopes de. **Dicionário de Contabilidade** – 10. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria** - 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. **Métodos e técnicas de pesquisa** - 2. ed. - Curitiba: Ibpex, 2005.

AUDIBRA - Instituto dos Auditores Internos do Brasil. **Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna**. 2. ed. - São Paulo, 1992.

10 MAIORES FRAUDES DA HISTÓRIA RECENTE DOS ESTADOS UNIDOS. Disponível em: <<http://forbes.uol.com.br/fotos/2015/09/10-maiores-fraudes-da-historia-recente-dos-estados-unidos/>> Acessado em 21 de maio de 2018.

Lorenzo, Parodi. **FRAUDES CONTÁBEIS E INTERNAS – INTRODUÇÃO À LEI SARBANES-OXLEY (SOX).** Disponível em: <<http://www.fraudes.org/showpage1.asp?pg=312>> Acessado em 21 de maio de 2018.

INTRODUÇÃO À LEI SARBANES OXLEY (SOX). Disponível em: <<https://portaldeauditoria.com.br/introducao-lei-sarbanes-oxley-sox/>> Acessado em 21 de Maio de 2018.